

CIMI: MARANHÃO-GOIAS E NORTE II

"PROJETO CARAJÁS E AS CONSEQUÊNCIAS PARA
AS POPULAÇÕES INDÍGENAS"

SÃO LUÍS

1983

SUMÁRIO

Introdução

CAPÍTULO I: DESCRIÇÃO RESUMIDA DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

- *Investimentos do "Carajazão"
- *Tipos de Projetos
- *Razão Econômica
- *Área do Programa
- *Características do Projeto Carajás: Autoritário, Entre
guista, Etnocida
- *Consequências Gerais

CAPÍTULO II: PROJETO FERRO CARAJÁS. APOIO ÀS COMUNIDADES IN DÍGENAS

- *Análise Rápida
- *Mapa do Maranhão
- *Situação Crítica
- *Situação Atual
- *Povo Krikati
- *Situação do Pará
- *Relacionamento Social

CAPÍTULO III: A PROPOSTA DO CIMI: IGUALITÁRIA, AUTÔNOMA E PLURALISTA

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

INTRODUÇÃO

3

"Não é possível. Isto é um genocídio".

A frase proferida em julho de 1979, em Goiânia, pelo bispo paraguaio, dom Alejo Obellar, depois de ouvir as denúncias dos crimes cometidos na região do Estado do Acre, por empresas como a Copersucar, Manasa, Paranacre, Colonizadora Itapiranga e outras, quando participava da Assembléia Geral do CIMI, ainda continua bastante e profundamente atual. No caso específico do Projeto Carajás ela serve até mesmo de uma alerta profética contra as consequências deste projeto para as nações indígenas.

A alerta da frase de dom Alejo Obellar deve trazer, necessariamente, sérias preocupações. Ou seja, Carajás é hoje a mais sutil e nova forma de matar os índios através da integração forçada à sociedade nacional. Visa, além disso, ao integracídio, isto é, à integração dos povos indígenas para acabar com seu nome próprio, transformando-os em "brasileiros".

Em vista disso, este documento constitui resultado das preocupações do CIMI Maranhão-Goiás e Norte II a respeito das gravíssimas consequências a serem proporcionadas pelo Programa Grande Carajás para as populações indígenas. Nosso objetivo com este documento é o de contribuir na discussão, já desencadeada, do Projeto Carajás, visando também romper alternativamente o monopólio da informação e da decisão da elite governamental, em benefício da sociedade brasileira e da sociedade indígena, em especial.

Neste trabalho, depois de uma consideração geral sobre o Projeto Carajás, destacar-se-ã os contatos que tal projeto provocará entre a sociedade envolvente e as tribos indígenas. Do ponto de vista das populações indígenas que se encontram no raio de influência deste projeto, se ele for realizado nos moldes apresentados até agora, o Projeto Carajás merece também o título de etnocida. Levanta-se, enfim, uma outra alternativa baseada na convicção de que o etnocídio não é apenas uma palavra feia, ou um pecado que clama aos céus, mas é uma prática que ameaça toda a malha complexa da sociedade.

O texto-documento do CIMI Maranhão-Goiás e Norte II visa sair em defesa da causa indígena, procurando antes de tudo informar, analisar e denunciar as consequências de Carajás para estes povos, objetivando apoiar definitivamente, sem meio termo, a luta das nações indígenas em garantir a terra e seu direito à autodeterminação, rumo a uma concreta organização independente.

Este documento não quer ser um documento pronto, acabado, fechado sobre essa questão abordada. Pelo contrário. As sugestões, críticas e outras coisas no gênero serão sempre bem-vindas no intuito de melhorar consideravelmente o presente trabalho. Pois a intenção não é a de esgotar o tema aqui abordado, mas sim estimular sua discussão, não pretendendo substituir outras publicações nem condensá-las.

Nosso trabalho quer também, por fim, denunciar o modelo de internacionalização da Amazônia Oriental e da economia nacional, presente no Programa Grande Carajás. Além disso, acreditamos, especificamente, que a democratização do poder passa necessariamente pela democratização da terra e pelo respeito às características das inúmeras etnias existentes no Brasil.

São Luís, maio de 1983

CAPÍTULO I :

"DESCRIÇÃO RESUMIDA DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS"

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

A Serra de Carajás começou a despertar interesse a partir da década de 50, quando a U.S.Steel, utilizando os mapas "gentilmente" concedidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, encantou-se com a área. Diante da pressão das forças nacionalistas e da nova postura estratégica e empresarial assumida pela Companhia Vale do Rio Doce, no entanto, a iniciativa foi vedada, e o acordo de mineração formado entre a U.S.Steel e a CVRD foi desfeito através da compra das ações da primeira, de cerca de 50 milhões de dólares, pela CVRD em 1977. "Foi a partir desta compra, segundo uma versão, que nasceu esta proposta como uma saída viável para as dificuldades financeiras representadas pela compra" (1). Segundo uma outra fonte, "já se falava no Projeto Carajás numa reunião realizada em 1973, entre empresários e governadores do Norte e Nordeste"(2).

Seja como for, foi em novembro de 1980 que a Presidência da República, no âmbito do CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico, considerando a proposta inicial da Companhia Vale do Rio Doce relativa à Amazônia, e seu interesse em âmbito governamental e estrangeiro de ampliar a proposta do projeto anterior, criou o "Carajazão", conforme ficou conhecido o Plano Preliminar de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, elaborado no Japão e de responsabilidade da Presidência da CVRD. Seu objetivo: estimular a instalação de um vasto conjunto de empreendimentos, capaz de duplicar as exportações brasileiras, conseguindo mais dólares para o pagamento da dívida externa do país.

Também, em novembro de 80, através do Decreto-Lei nº 1.813, se instituiu um regime especial de incentivos para as iniciativas a serem enquadradas no Programa Grande Carajás, numa área abrangendo parte dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão, entre os Rios Amazonas, Xingu e Parnaíba e localizada ao norte do paralelo de 8° de latitude sul.

Ao mesmo tempo, quase na mesma data, formou-se o Conselho Interministerial deste programa, composto de 8 ministros com amplos poderes e presidido pelo ministro-chefe da SEPLAN. Há, porém, ainda, um secretário-executivo do Conselho, Nestor Jost, ex-diretor presidente do Banco do Brasil, indicado para suceder o ex-presidente do Banco da Amazonas, Oziel Carneiro.

Levanta-se questionamentos a respeito da constitucionalidade deste conjunto de medidas. É baseado nelas, no entanto, que o Programa foi levado para a frente. No dia 04 de agosto de 1981, houve a primeira

(1) CADERNOS DO CEAS, nº 75, p. 65-66

(2) ASSELIM, Victor. "Grilagem, Corrupção e Violência em Terras do Carajás. Vozes, Petrópolis, 1982, p. 139

reunião do Conselho Interministerial que, na ocasião, baixou uma Resolução nº 01, enfatizando "o esforço de captação de recursos externos sem explicitar, contudo, a prioridade da empresa nacional, privada ou estatal"(3).

Recentemente, foi realizada a sexta reunião, em Brasília, do Conselho Interministerial, conforme informação publicada, no dia 14.04.83, pelo jornal "O Estado do Maranhão", de São Luís. Tal reunião aprovou um conjunto de 12 itens resolutivos de uma extensa pauta. Dentre os itens aprovados na reunião presidida pelo ministro-chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, Delfim Neto, destacam-se, como integrantes do Programa: "o enquadramento da Agropecuária Ceres S/A, de São Luís, com seu projeto integrado de agricultura, pecuária, bovina, exploração florestal e extração do côco babaçu; enquadramento da firma Metaltec Ltda., de Belo Horizonte, para o projeto de beneficiamento e exportação de carvão de madeira e de casca de babaçu; enquadramento da Construções Camargo Corrêa, de São Paulo, para fins de obtenção dos incentivos admitidos pela legislação pertinente, do projeto integrado relativo à implantação de uma usina destinada à produção de silício metálico de grau metalúrgico; e enquadramento da CIT - Companhia Industrial Técnica de São Luís, com o projeto de aproveitamento integral do babaçu".

Uma constatação se faz necessária. Todas as decisões sobre o andamento do Projeto são tomadas, autoritariamente, no interior deste Conselho, longe da fiscalização da nação. E, como o IBASE alerta, "não se tem...nenhuma indicação da existência de debates internamente. Ao contrário, tudo indica tratar-se de um 'forum' para a aprovação das propostas encaminhadas pela Secretaria Executiva com 'apoio administrativo e técnico da SEPLAN'. Não se conhece, até agora, quaisquer iniciativas para a participação de outros órgãos e instituições do Governo na formulação de políticas e critérios para a aprovação de projetos e programas ou para sua análise e acompanhamento. Há, portanto, um processo decisório fechado e não participativo no próprio âmbito do Governo Federal" (4).

Interrogações inúmeras têm sido feitas. Elas refletem as preocupações dos diversos setores da sociedade nacional. Se nem os altos escalões do Governo têm acesso ao processo decisório que está sendo encaminhado a respeito do Projeto Carajás, qual é a possibilidade de participação das parcelas marginalizadas da população? Acredita-se que as questões graves apontadas pelos vários setores da sociedade interessados se

(3) IBASE, "O Programa Grande Carajás: a Internacionalização da Amazônia", Cadernos do CEAS, nº 82, p. 35

(4) Idem, p. 39

deve, em parte, a este caráter não consultivo da elaboração deste projeto.

INVESTIMENTOS DO "CARAJAZÃO"

A dimensão do Programa Grande Carajás é realmente assustadora. O texto-base contido no Plano Preliminar de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, da CVRD, de abril de 81, fornece a tônica da implementação do programa. Região rica de recursos naturais, além de possuir áreas propícias ao aproveitamento agropecuário, a Amazônia Oriental começa a receber enormes investimentos em infra-estrutura.

Por exemplo: cerca de 62 bilhões de dólares fartamente distribuídos entre aplicações na infra-estrutura (22,5 bilhões de dólares) e investimentos diretos nos projetos potenciais (39,2 bilhões), segundo a proposta oficial prevê, serão investidos na implementação do "Carajazão" objetivando, até a próxima década, obter uma receita anual de 17 bilhões de dólares conseguida, principalmente, das exportações de minérios.

As cifras para a instalação, desde já, dos projetos de infra-estrutura no que se refere a energia elétrica, rodovias, ferrovias, núcleos urbanos, portos marítimos e fluviais, são gigantescas. Para se ter uma idéia, um "total de 6,8 bilhões referem-se somente ao segmento mineiro-metalúrgico, constituindo-se este no principal segmento do Projeto Carajás; 13,3 aos segmentos agricultura, pecuária e reflorestamento; e 2,4 aos demais"(5). Isto sem incluir a hidrelétrica de Tucuruí, que vai custar 5,6 bilhões de dólares.

Já os investimentos diretos previstos nos projetos a serem implementados na Província Mineral de Carajás apresentam também cifras gigantescas. De acordo com a proposta da CVRD e do Conselho Interministerial, somente para o setor mineiro-metalúrgico vão ser destinados um montante de 28,1 bilhões de dólares. Os outros setores têm assim distribuídos os seus investimentos:

Agricultura:	8,1 bilhões
Pecuária:	1,7 bilhões
Reflorestamento:	1,3 bilhões

As perguntas e os questionamentos fluem espontaneamente das reflexões feitas sobre a grandiosidade dos investimentos deste programa. O Governo brasileiro, financiador das obras de infra-estrutura via CVRD e Eletronorte, no caso de Tucuruí, beneficia privilegiadamente os grandes cartéis japoneses, norte-americanos, canadenses e alemães

(5) CIÊNCIA HOJE, "Carajás: O Grande Desafio", SBPC, nº 03, 1982, p. 34

que recebem, por outro lado, "incentivos fiscais, entre os quais a isenção, por mais de dez anos, de todos os impostos, energia subsidiada e até aporte de capital nacional para complementar seus próprios capitais" (6). Com que objetivo? Outro não nos parece mais claro do que este: a internacionalização da Amazônia Oriental e da economia brasileira. Inclusive, as dúvidas sobre tal tentativa esbarram quando se constata através de uma frase proferida em São Paulo, anos atrás, por um gerente geral do antigo Projeto Jari, o direcionamento dado pela elite governamental: "A orientação básica que recebemos é a de que estamos ocupando uma extensa área verde que amanhã poderá ser internacionalizada".

TIPOS DE PROJETOS

O absurdo não pára aí. De responsabilidade exclusiva da Companhia Vale do Rio Doce, visando à produção de 35 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, para a exportação sob a forma primária ou de ferro-gusa, o Projeto Ferro Carajás é concebido, idealizado e planejado como se não existissem populações indígenas e camponesas na região. Já em construção, a ferrovia de 890 Km, no sentido oeste-leste, entre a Serra dos Carajás e o Porto da Madeira, em São Luís do Maranhão, foi transformada em "corredor de exportação", loteando-se suas margens com glebas de 10 mil hectares. Os outros projetos são: Alcoa, Albrás/Alunorte e Mineração Rio Norte. Este último também foi incluído apesar de se encontrar situado geograficamente fora da área delimitada no Programa Grande Carajás.

Por outro lado, entre as obras de infra-estrutura do "Carajazão" incluem-se principalmente: a hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, que terá, em sua fase inicial, capacidade de 4 mil MW; a ferrovia Serra dos Carajás-Porto da Madeira, de 890 Km, além de já está sendo preparados sete grandes pólos industriais: Marabá, Carajás, Barcarena, Tucuruí, Paragominas, São Luís e São Félix do Xingu; como também a previsão de se construir outras hidrelétricas nos Rios Araguaia e Tocantins (Santa Isabel, Santo Antonio e Carolina). O objetivo do plano é de permitir, fundamentalmente, a interligação dos dois sistemas básicos do PGC: a ferrovia e a hidrovia.

Recentes informações divulgadas pela imprensa nacional dão conta de que o subsecretário de Comércio Exterior dos Estados Unidos, Guy Fiske, e o ministro das Minas e Energia, César Cals, assinaram um protocolo que prevê financiamentos de equipamentos norte-americanos para construção, no Brasil, de duas usinas hidrelétricas e duas termelétricas, desenvolvimento de processos de gaseificação de carvão e ainda cooperação científica e técnicas nas ciências geológicas e em recursos

(6) PORANTIM, "Projeto Carajás: Nove Povos Indígenas na Rota do Extermínio", n.º 43, 1982, p. 08

minerais e energéticos. Em contrapartida, as usinas hidrelétricas mencionadas no protocolo são as de Santa Isabel, no Rio Araguaia, de 2 mil MW, que será construída em cooperação com o Canadá, e a usina de São Félix, no Rio Tocantins, de 1.700 megawatts.

O noticiário da imprensa nacional informa ainda que uma das termelétricas previstas é a de Jorge Lacerda V, em Santa Catarina, de 350 MW, em cooperação também com a Checoslováquia, envolvendo ainda a contrapartida de minério de ferro da CVRD. A segunda termelétrica, ao contrário de Jorge Lacerda V, que será a carvão, usará recursos madeiros do futuro reservatório da hidrelétrica de Samuel, em Rondônia. Essa termelétrica será, entretanto, de 50 MW.

Além do mais, os segmentos previstos no Projeto Carajás: minero-metalúrgico, reflorestamento, agricultura e pecuária - contarão ainda, na verdade, com outras obras de infra-estrutura básica, fora as obras acima citadas: um porto fluvial, em Barcarena, com capacidade de receber embarcações de até 60 mil toneladas; dois portos marítimos: Itaquí, em São Luís, em escala comercial, capaz de aportar navios de até 60 mil toneladas, e outro na Ponta da Madeira, localizado também em São Luís, já em construção, em forma de terminal graneleiro, podendo receber cargueiros de até 280 mil toneladas.

RAZÃO ECONÔMICA

O Programa Grande Carajás tem objetivos claros e definidos. Sua premissa fundamental, consubstanciada no Plano de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, são os diversos "projetos de grande porte, porque só assim seria possível diluir os vultosos investimentos em infra-estrutura". Diz ainda o plano da CVRD e do Conselho Interministerial: "Essa premissa seria compatível com as perspectivas de mercado, se confirmados os efeitos da crise energética sobre a economia dos países industrializados".

Com que objetivos? Conforme o plano os objetivos não são outros, senão, o de "explorar os recursos naturais o mais rápido possível; exportar os bens produzidos como forma de saldar os compromissos externos; utilização intensa dos recursos internos para executar os empreendimentos produtivos". Em outras palavras, de acordo com a citação textual do plano do PGC, "gerar as divisas tão necessárias para o país, através de uma concentração harmônica de capital governamental e privado nacional com o capital estrangeiro".

Toda essa falácia oficial, porém, é cômica pra não dizer trágica. Se não, vejamos. Paulo César R. Oliveira de Sá, economista e geólogo da Coordenação de Tecnologia Mineral da CNPq, durante sua exposição na mesa-redonda "Carajás: Solução ou Problema?", na 1ª Reunião Regional

da SBPC - secção Maranhão, em São Luís, salientou que "esse grande projeto nunca foi e nunca se constituirá em solução nenhuma para o problema econômico pelo qual o Brasil passa". Em contrapartida, Paulo de Sá alertou, nessa ocasião, para o risco que o país corre com a construção desses projetos, resultando sempre na déficite da Balança de Pagamento e no aumento da dívida externa.

"A atual crise, segundo o geólogo, serviu para desmistificar de uma vez por todas a onda de propaganda que estão fazendo em torno de que Carajás vai oferecer muitos empregos e ajudar o Brasil a pagar a sua dívida externa". Diz ele ainda que "a CVRD, por exemplo, está com sérios problemas de caixa e algumas empresas que participam do projeto estão seriamente ameaçadas de parar suas atividades por falta de dinheiro". E conclui: "O destino dos grandes projetos no Brasil está desfeito e há uma grande incerteza com relação ao que vinha sendo divulgado. No caso de Carajás, este funcionou mais como esperança do que como realidade e pior para o país porque o seu crédito no exterior fica cada vez mais difícil".

ÁREA DO PROGRAMA

Os projetos minerais não são os únicos, todavia, a serem incluídos no Plano da Amazônia Oriental. Outros existem, além desses. Vejamos, então. Inicialmente foram estudados cerca de 110 milhões hectares. Desta área foi selecionada 68 milhões de hectares, chamada de área potencial, "localizada em relação à ferrovia do Projeto Carajás e à hidrovia Araguaia-Tocantins, e em condições favoráveis às atividades agropecuárias e reflorestamento"(7). Cerca de 15,5 milhões de hectares, área superior à do Estado da Paraíba, foram escolhidos para serem usados numa primeira etapa. Nesta área de 15,5 milhões de ha., o Programa Grande Carajás "pretende produzir anualmente 10 milhões de toneladas de grãos, 900 mil toneladas de borracha, um milhão de toneladas de "pellets" de mandioca, 5,4 milhões de litros de álcool e 25 milhões de metros cúbicos de madeira" (8).

Com uma dependência direta do segmento mineiro-metarlúrgico, o projeto de exploração da floresta objetiva, entre outros aspectos, fornecer madeira para a produção de carvão a fim de alimentar os altos fornos das usinas multinacionais. Segundo o plano, o projeto de exploração da floresta abrangerá cerca de 2,4 milhões de ha. na área de influência da ferrovia dos Carajás, principalmente nas proximidades de Marabá e nos municípios de Imperatriz e Santa Luzia. O plantio anual, ao que tudo indica, para o reflorestamento, será de 179 mil ha. de nova floresta.

(7) PINTO, Lúcio Flávio. "Carajás, o Ataque ao Coração da Amazônia. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982, p. 60

(8) Idem, p. 97

O segmento da agricultura vai utilizar cerca de 10,2 milhões' de ha. em novos cultivos agrícolas, sendo 6,8 milhões de ha. destinados para o cultivo de grãos, pellets de mandioca, borracha natural e álcool - cana-de-acúcar. Para fins de exportação.

No setor pecuário a coisa não é menos grave. O projeto pecuário abrangeria 3 milhões de hectares, que constaria de 300 fazendas de 10 mil ha. cada uma, objetivando a criação de gado para ser exportado, além de inversões de 5,77 milhões de dólares por unidade. Porém, o investimento total é bem maior, uma média de 1,73 bilhão de dólares, considerando-se portanto as 300 fazendas previstas no empreendimento.

Registre-se, contudo, o evidente surgimento dos já graves conflitos e desequilíbrios sociais existentes, dado ao fato do Programa não contemplar, em seu bojo, a análise, o estudo e a preocupação da questão fundiária da região e os já consequentes fluxos migratórios advindos de tal implementação. O barril de pólvora explodirá, sem dúvida. Afinal, os problemas advirão pela maior concentração da terra, além da expulsão e marginalização dos posseiros e das populações indígenas.

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO CARAJÁS: AUTORITÁRIO, ENTREGUISTA, ETNO CIDA

O fato do documento do IBASE rotular o Projeto Carajás como a internacionalização da Amazônia não se atribui a um toque literário do editor, e sim a um aspecto fundamental do Projeto Carajás, na sua atual conceituação. A gravidade deste entreguismo se acentua diante do fato de que o próprio Brasil tem as condições financeiras e tecnológicas necessárias para realizar este projeto, sem apelar a financiamento externo, a não ser de forma suplementar.

Sob este ponto de vista, dentro da política desenvolvimentista executada pelo Governo brasileiro, um dos projetos mais comentados nos últimos tempos tem sido o Programa Grande Carajás. Caracterizado, conforme os termos oficiais, pela rapidez nas decisões, grande escala de investimentos e a ausência de discussão a nível nacional, Carajás é um projeto que visa o aproveitamento dos vastos depósitos minerais, dos recursos energéticos e das terras, para a venda no exterior, à jato.

Mas esta iniciativa, beneficiaria a quem? Certamente, o teor do PGC constitui a vanguarda da expansão de investimentos capitalistas interessados na apropriação de terras e na exploração de recursos naturais, com a mediação do Estado.

Se a indústria e a burguesia nacional são prejudicadas pela atual direção do Projeto Carajás, o impacto sobre a população marginali

zada do poder é ainda mais grave, chegando, no caso das populações indígenas, por exemplo, a implicar na destruição física e cultural de uma parcela deste setor da população brasileira.

Pois bem. O Programa Grande Carajás, tal como apresentado pelo Governo, é um projeto de internacionalização e enclave econômico dentro do território brasileiro, colocando em cheque a soberania e a integração nacionais. A estratégia governamental é clara e definida: "ampliar a dimensão do problema da dívida externa e acelerar o ritmo do programa, permitindo a internacionalização da região"(9). Em contrapartida, o Estado exerce um papel importante de "fornecedor de infra-estrutura, de subsídios e de incentivos, especialmente em benefício do setor externo à nossa economia e negando o papel de articulador dos recursos internos do país"(10).

As análises até agora citadas prendem-se à questões dos prejuízos sofridos pelo desenvolvimento brasileiro, dentro da lógica de uma continuação racional do processo de acumulação de capital a nível nacional. Reconhece-se a necessidade e utilidade das propostas gerais contidas no Projeto Carajás, entretanto apenas reivindica-se uma maior participação da sociedade brasileira no seu planejamento, e, como resultado natural, nos lucros dele advindos.

Esquece-se, ao que parece, uma questão vital que não pode ser ignorada, a fim de que se efetive claramente uma tomada de posição nacional sobre o modelo de desenvolvimento da Amazônia. Ou seja, descarta-se, nesta discussão, a consideração mais grave do Projeto Carajás: o conteúdo de classe deste mesmo projeto, constituindo-se ele não em um projeto de cunho nacional, mas sim internacional, favorecendo privilegiadamente o capital estrangeiro em detrimento dos interesses das forças vivas da nação brasileira. Com este esquecimento, omite-se, também, a consideração de outros modelos de desenvolvimento que poderiam ser elaborados e debatidos, alternativamente, no intuito de fortalecer a posição dos setores marginalizados da sociedade amazonense, a classe trabalhadora urbana e rural, e especialmente as nações indígenas.

Não é por acaso que a discussão, em geral, se centraliza no tema nacionalista, um problema sem dúvida importantíssimo. Mas é muito mais honesto analisar o impacto dos planos já aprovados ou em andamento face as necessidades reais dos trabalhadores e dos índios. No momento atual, tudo indica que o Projeto Carajás servirá como fonte de miséria ainda maior para as populações empobrecidas do Maranhão, Pará e Goiás.

(9) IBASE, "O Programa Grande Carajás: a Internacionalização da Amazônia", Cadernos do CEAS, nº 82, 1982, p. 41

(10) Idem, p. 40

sem mencionar os reflexos no conjunto nacional.

Qual é o impacto das mudanças ambientais em andamento ou projetados? A entrega de milhões de hectares a super-fazendas forçará a expulsão de quantos milhares de camponeses e índios de suas terras? Como receber, no meio urbano, os milhares de camponeses refugiados do "progresso" no campo? Qual será, para as populações indígenas, o impacto global do Projeto Carajás?

Estas questões devem ser abordadas com muita seriedade, estudos sérios e profundos devem ser feitos para iluminar estas preocupações.

CONSEQUÊNCIAS GERAIS

Não é difícil prever as consequências dos contatos a serem promovidos nos diversos programas englobados no Projeto Carajás. Com o avanço do grande capital no campo, programado nos projetos florestais e agropecuários, haverá o recuo do pequeno agricultor. Encurralado, romperá as fronteiras já precariamente mantidas nas reservas indígenas, provocando uma situação fratricida entre os pequenos, marginalizados pelo sistema capitalista.

Se de um lado, o Projeto Carajás significa a invasão violenta das terras indígenas, do outro lado, haverá a transformação dos índios em mão-de-obra barata do exército de reserva. O desencadeamento deste processo duplo, de invasão e de atração, levará à destruição das condições necessárias para a sobrevivência cultural dos povos indígenas e à substituição brusca de um modo comunitário de vivência por um modo totalmente capitalista.

No caso específico do Programa Grande Carajás a questão indígena, por parte do Governo, não é levada em conta. Se não, vejamos. As autoridades do país costumam, em seus discursos, negar a existência das nações indígenas na área de implantação do projeto, não respeitando inclusive o direito dos índios à autodeterminação.

Pois é, o modelo desenvolvimentista do país também não respeita a integridade territorial dos povos indígenas. No Projeto Carajás, por exemplo, não há nenhuma garantia desta integridade. Ao contrário. As reservas indígenas demarcadas em 1977 já estão sendo remanejadas e invadidas para a implementação de projetos, tipo Carajás. O Governo Federal pode intervir, de acordo com a legislação ora em vigor, em qualquer momento, nas terras indígenas, visando, entre outras coisas, o desenvolvimento das atividades de mineração. O motivo de tal intervenção, o mesmo de sempre: a segurança e o desenvolvimento nacionais.

Além das companhias mineradoras, os índios possuem outros inimigos, muitos outros, certamente. Por exemplo: "o segmento da pecuária; sobretudo, levará o capim para centenas de milhares de hectares, ilhando as reservas indígenas, destruindo o equilíbrio ecológico da floresta, acabando com a caça. Ilhadas, as reservas serão facilmente invadidas, como já são, hoje"(11). "Uma a uma, as reservas serão invadidas, as aldeias transferidas" (12).

Como pode as autoridades governamentais desconhecem o massacre, agravado agora como o Programa Grande Carajás, dos povos indígenas do centro-oeste do Maranhão, do sul do Pará e do norte de Goiás?

Ninguém mais duvida das graves consequências a serem trazidas por Carajás para as populações indígenas. O meio ambiente, por exemplo, não tem nenhuma garantia de continuar oferecendo o "modus vivendi" às tribos, se o projeto for plenamente realizado. Pelo contrário, prevê-se desmatamento em grande escala com as modificações ecológicas que isso acarreta, influenciando no clima, na abundância da flora e na pesca.

A sobrevivência cultural dos povos indígenas está seriamente ameaçada com o monstro de Carajás. As tribos indígenas socializam seus membros em padrões de conduta bem distintos. A sobrevivência de cada um depende da sua cooperação com o grupo. Cada membro da tribo contribui para o bem comum, segundo suas possibilidades, e recebe segundo suas necessidades. As decisões são tomadas em conjunto, num conselho permanente no caso dos Xikrin de Cateté, por exemplo, reunindo todas as noites para resolver os pequenos atritos, normais entre membros de um grupo humano, e planejar a divisão de tarefas para o dia de amanhã. O índio não aprende, na sua cultura, o mecanismo de controle social que é a mentira. Geralmente, entre as populações indígenas o membro de uma tribo não é capaz, por falta absoluta das categorias mentais apropriadas, de dizer uma frase que não corresponda à realidade.

Qual é o impacto, portanto, da entrada de um indivíduo assim preparado, dentro da cultura da sociedade envolvente?

(11) PORANTIM, "Projeto Carajás: Etnocídio Muito Bem Indenizado", nº 43, 1982, p. 10

(12) Idem

CAPÍTULO II:

"PROJETO FERRO CARAJÁS.APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS"

PROJETO FERRO CARAJÁS. APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS

Concebido em janeiro de 1982, apresentado pela Cia. Vale do Rio Doce em colaboração com a FUNAI e financiado pelo Banco Mundial, o "Projeto Ferro Carajás. Apoio às Comunidades Indígenas" se compõe, basicamente, de uma apresentação e de três partes em que se faz uma abordagem histórica, se apresentam os aspectos demográficos das comunidades em questão e se descreve a projeção físico-financeira do projeto.

As consequências de tal projeto para as populações indígenas são inúmeras e incalculáveis. Vamos aos fatos. O "Projeto Ferro Carajás - Apoio às Comunidades Indígenas" tem também objetivos claros e definidos. Segundo o teor oficial, o projeto abrange 04 reservas indígenas no sul do Pará, habitadas por 04 nações indígenas (Parakanã, Xikrin, Suruí e Gavião) com uma população de ? pessoas distribuídas em 07 aldeias; 06 reservas indígenas no centro-oeste do Maranhão, habitadas por 05 nações indígenas (Urubu-Kaapor, Guajajara, Guajá, Krikati e Gavião) com uma população de 3.438 pessoas distribuídas em 34 aldeias; e 01 reserva indígena no norte de Goiás, habitada por uma nação (Apinajé) com uma população de 447 pessoas distribuídas em 02 aldeias.

ANÁLISE RÁPIDA

O projeto define em sua apresentação os seus objetivos que visam "fortalecimento das comunidades que sofrerão com o impacto e com o contato com civilizados", oferecendo "maior aporte de assistência em saúde e saneamento, serviço social, educação, promoção comunitária, transporte, agropecuária, energia e administração". Mas se esquece do principal: Terra.

Tudo isso seria engraçado se não estivessem em jogo o destino de milhares de povos indígenas. A terra é essencialmente ligada à existência e à autodeterminação das nações indígenas. Há áreas indígenas que ainda não foram demarcadas (Krikati, Parakanã e Xikrin) ou cuja demarcação ainda não foi terminada (Apinajé). Sem a garantia da terra, a cultura ou a sobrevivência dos índios enquanto povos é ilusão. A terra para os índios é seu chão cultural, habitada por suas tradições, referência básica dos seus valores vitais, precha de seus mitos, campo de sua história.

Se a FUNAI e o Governo Federal não conseguem ou não querem expulsar a fazenda Gran Reata que ocupa ilicitamente 30.000 ha. da reserva Xikrin; se a Eletronorte e a ferrovia Carajás já estão atravessando a área dos Gaviões, quanto mais o Projeto Grande Carajás que poderá ocupar as reservas e desapropriar os índios de suas terras, sendo tal projeto já de grande interesse nacional.

O decreto presidencial nº 88.118, de 23.02.83, confirma a destinação futura das terras indígenas. Este decreto, aliás, apesar de sua inconstitucionalidade, "dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas", pelo qual a FUNAI proporá os limites da reserva, levando-se em conta basicamente os seguintes aspectos:

a) Por parte dos índios: "consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação e a situação atual" (art.2º § 2º);

b) Por parte da sociedade envolvente: "e presença de não índios na área proposta, bem como a existência de benfeitorias, povoados ou projetos oficiais" (art.2º § 2º).

2 - O parecer conclusivo quanto aos limites da reserva será emitido por um "Grupo de Trabalho composto de representantes do Ministério do Interior, Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, FUNAI e de outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes" (art.2º § 2º).

3 - Encaminhamento do projeto do decreto ao Presidente da República.

4 - Assinatura e demarcação.

Mesmo querendo supor a "boa vontade" da FUNAI, "em defender o interesse e o direito dos índios", ela, segundo a proposta do decreto, é chamada a levar a presença de não índios em terra índias, e projetos oficiais, estando depois em minoria dentro de um Grupo de Trabalho composto de representantes de organismos contrários por filosofia e prática à preservação das terras índias, conforme demonstra a parte conclusiva deste mesmo decreto presidencial. É lógico supor, com as novas atribuições do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, do general Danilo Venturini; a intenção de se ampliar a intervenção militar na questão indígena.

Se declara também que o "Projeto Ferro Carajás... tivera a participação efetiva das comunidades indígenas de cada área". O ministro Mário Andreazza, por exemplo, durante a assinatura do convênio entre a FUNAI e a CVRD para implementação de tal projeto, afirmou debochadamente que "as comunidades indígenas foram consultadas" para a elaboração do projeto. Será? Essa participação efetiva se deu em que níveis?

Por sua vez, o antropólogo Mércio P. Gomes ressalta que "essa participação só poderá existir se for consciente dos problemas a que ela se refere". Exemplos sempre foram bons para esclarecer melhor uma questão. Numa certa ocasião, os índios Guajajara do P.I. Carú (mun. de Bom Jardim) declararam que, no encontro que tiveram com a equipe da CVRD, em que foram "consultados", não receberam nem sequer a mínima informação sobre a estrada de ferro que passa a menos de um Km da aldeia.

As perguntas e os questionamentos fazem-se necessários neste momento. Pode-se haver participação efetiva quando a cultura dominante oferece à cultura dominada um único caminho sem alternativas, e o diálogo ainda se fundamenta na relação colonial de colonizador-colonizado? Pode-se haver participação efetiva quando não há garantia da terra?

Já na abordagem histórica do projeto há uma descrição estarrecedora da atual situação das nações indígenas em questão quanto à invasão, depredação das terras e à saúde, em consequência do contato com "civilizados". Por outro lado, na projeção físico-financeira, que é a parte orçamentária, o total que será investido e gasto para execução do projeto no quinquênio 1982/86 assoma a quantia de Cr\$ 1.547.246.000, assim distribuídos:

Sul do Pará:	Cr\$ 524.135.000,00
Centro-Oeste do MA:	Cr\$ 907.061.000,00
Norte de Goiás:	Cr\$ 116.050.000,00

Folheando o projeto, na sua última parte, constata-se a existência de itens padronizados que não levam em conta a especificidade dos grupos em questão. "07 ou 08 povos indígenas concernentes encontram-se em mundos diferentes, em relações diferentes com a sociedade regional e têm projetos culturais diferentes", diz o antropólogo Mércio Gomes.

O projeto, no global e nos seus pormenores, tem todas as características de um projeto de colonização. Pode-se até mesmo fazer uma comparação, por exemplo, com o projeto da COLONE.

Mas quais são as finalidades reais de tal projeto? Ele beneficia a quem? Aos índios ou aos grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais?

Através de uma análise superficial, constata-se também que o projeto visa dar às comunidades indígenas uma estrutura sócio-econômica totalmente diferente das delas e uniforme para todas elas. Não é preciso pensar muito nem tampouco ir muito longe para perceber tal constatação. As declarações das autoridades brasileiras dão a tônica peculiar para tais preocupações, pois, segundo elas, as comunidades indígenas "não podem atrapalhar a marcha inexorável do progresso" (13). Se não, vejamos.

(13) PORANTIM, "Projeto Carajás: Nove Povos Indígenas na Rota do Extermínio", nº 43, 1982, p. 08

O ministro do Interior, Mário Andreazza, afirmou, certa ocasião, ao assinar o convênio do "Projeto Ferro Carajás. Apoio às Comunidades Indígenas", que "o Governo procura cada vez mais conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ecológica e a integridade das comunidades indígenas"(14). "O convênio preservará a natureza e os homens que nela habitam"(15), complementa cingidamente o sr. Eliezer Batista da Silva, presidente da CVRD, em outra ocasião. Já o sr. Nestor Jost, secretário-executivo do Conselho Interministerial, foi mais direto e taxativo: "Os índios atingirão um grau de aculturação ao ponto de serem assimilados como trabalhadores no Projeto"(16).

Pelo sim, pelo não, o objetivo de tal empreendimento é verdadeiramente assustador e destruidor. Ou seja, transformar rapidamente os índios em colonos ou peões.

MAPA DO MARANHÃO

Os exemplos de como as terras indígenas estão sendo capitalisticamente invadidas já passaram das contas. O mapa do Maranhão, entre tanto, fornece alguns deles (Ver Anexo):

1 - Reservas indígenas, Reserva Florestal (Decreto nº 51.026, de 25.07.1961, de Jânio Quadros), Projetos de Colonização (COLONE, INCRA) estão situados na parte centro-oeste do Maranhão. Exatamente na região atravessada pela ferrovia Carajás.

2 - As áreas indígenas, com exceção da dos Krikati, foram demarcadas em 1977. A área do Alto Turiaçu formava uma única grande área com a do Carú em 1976. Em 1977, ano da demarcação, tal área foi desmembrada em duas, deixando no meio um corredor através do qual passará o ramal ferroviário vindo de Paragominas, ligado ao trecho principal da ferrovia.

3 - Das outras áreas, umas foram dilapidadas (Pindaré-Bom Jardim), outras foram ampliadas (Canabrava-Barra do Corda e Bacurizinho-Grajaú) até chegar à atual conformação: 10 reservas abrangendo 07 nações indígenas com uma população de 8.765 pessoas sob a jurisdição da 6ª Delegacia de São Luís, representada por uma Ajudância e 15 Postos Indígenas.

4 - A demarcação das reservas ocorreu, parece, com o apoio dos órgãos públicos. Não foi criado, ao que parece também, conflitos com os altos escalões. Só mesmo com lavradores e até com fazendeiros (Grajaú).

(14) PORANTIM, "Projeto Carajás: Nove Povos Indígenas na Rota do Extermínio", nº 43, 1982, p. 09

(15) Idem

(16) Idem

Com efeito, esses dados levam a criar a convicção de que as reservas indígenas tenham sido retalhadas e ajeitadas em função do Programa Grande Carajás. No entanto, o discurso oficial tenta confundir a opinião pública com informações distorcidas: em março de 1980, Leopoldo Fontinelle, assessor de César Cals, ministro das Minas e Energia, ao ser interpelado pela imprensa sobre a denúncia do CIMI de que as nações indígenas do Maranhão estariam ameaçadas de perder as suas terras, para os projetos incluídos no Programa Grande Carajás, argumentou que era "possível existirem nações indígenas ao longo do perímetro do Projeto Carajás", e garantiu que até então "a CVRD não tinha recebido qualquer reclamação sobre a existência de terras indígenas, afirmando que a primeira referência ao problema de que tomara conhecimento tinha sido a denúncia do CIMI"(18).

Isso quer dizer que o Projeto Carajás foi pensado, elaborado e formulado de tal forma que ignora a existência das nações indígenas, como se não existissem índios na região atingida pelo Programa Grande Carajás. Deduz-se, em vista de tudo isso, que o interesse oficial está nas terras indígenas e não tanto na sobrevivência física e cultural das nações indígenas, consideradas como estorvo ao modelo desenvolvimentista do país.

SITUAÇÃO CRÍTICA

O que poderá acontecer?

O "Corredor de Carajás", ou "Corredor de Exportação", ao longo da ferrovia será investido em projetos florestais, agrícolas e pecuários com cultivo e produção de soja, feijão, milho, borracha, álcool, etc., gado para exportação, como já programado nos "projetos de distritos agrícolas". Haverá uma limpeza, na área, da presença de lavradores e pequenos agricultores, conforme a estratégia de ação por distritos. Processo, aliás, já em andamento: veja, por exemplo, no município de Bom Jardim, onde estão sendo usadas táticas diferentes para o despejo do pessoal ("Boletim Informativo", Prel. Cândido Mendes, 1 fev. 1983).

Além disso, também será necessária uma economia agrícola para abastecimento do mercado interno, conforme o projeto "Distrito Várzeas" que subsidia e contempla "pequenos e médios agricultores, responsáveis por mais de 2/3 da produção de alimentos do país, abrangendo 14 municípios do Maranhão. Para isso existem os projetos da COLONE, financiados pelo Banco Mundial, e do INCRA. Para isso também foi criado e planejado e já está sendo executado, o Projeto da CVRD em colaboração com a FUNAI, financiado pelo BM: "Projeto Ferro Carajás. Apoio às Comunidades Indígenas".

Tal projeto, da FUNAI e da CVRD, visa ainda a construção de casas de alvenaria, escolas, postos médicos, centros comunitários, poços artesianos, instalação de luz elétrica, fossas biológicas, equipamento de máquinas de costura, filtros, instrumentos de trabalho, sementes e finalmente técnicos agrícolas. Todas estas obras de infra-estrutura têm as características de agrovilas ou núcleos dos vários projetos de colonização. Isto significa: os índios, enquadrados no Programa Grande Carajás, serão inseridos gradativamente num tipo de economia capitalista, deixarão de ser índios específicos para se tornarem índios genéricos, pequenos agricultores, na melhor das hipóteses, compulsoriamente engajados numa pequena agricultura dirigida para o abastecimento do mercado interno. Rumo à emancipação.

SITUAÇÃO ATUAL

No P.I. Pindaré e na aldeia Piçarra Preta (Índios Guajajara - Tupi/Guarani, mun. Bom Jardim) as casas já foram construídas ou estão sendo acabadas. No P.I. Pindaré há luz elétrica. A palavra chave é produzir. Os índios já estão num esquema de produção capitalista e num processo de acumulação. Estão produzindo bastante arroz e farinha de mandioca, escoados para o mercado de Santa Inês. Alguns já se habilitaram para "trabalhar com banco".

Outros fatos estarrecedores. Está desaparecendo o sistema de divisão de trabalho por sexo, típico de uma economia tribal. As mulheres Guajajara desenvolvem hoje aquelas funções de qualquer mulher de trabalhador regional. Mas, também, a mulher Guajajara está perdendo o "lugar" que antigamente tinha dentro da estrutura tribal. Não é raro ver índio Guajajara desta região bater na mulher. Na verdade, isto não é problema só de agora. Houve época em que a bebedeira e a prostituição eram típicas dessas comunidades. Quem as ajudou a levantar-se foi o atual chefe do P.I. Pindaré. Essas comunidades Guajajara, há muitos anos, têm contatos permanentes e constantes com a população regional e sempre procuraram criar laços de compadrinható com membros da população envolvente.

Em 1981 foi vedada, por intervenção dos índios Guajajara, uma tentativa para abrir na área indígena Pindaré um aeroporto, de porte internacional. Provavelmente, porém, estes índios serão os primeiros a serem emancipados. Sob este ponto de vista, talvez se realizará o "velho sonho" do século passado em que, conforme os relatórios dos vários Presidentes da Província do Maranhão, se fez muitas tentativas para colonizar os Guajajara a fim de introduzi-los num sistema de produção agrícola mais racional, e "salvar" a desastrosa economia da Província. Os Guajajara eram considerados os índios mais "chegados à civilização" e de "excelentes aptidões para o trabalho". Mas, então, todas as tentativas fracassaram.

POVO KRIKATI

A coisa não é menos grave para o povo Krikati. Os Krikati, de Montes Altos, estão numa situação de avançada desagregação e desestruturção tribal. O processo foi agravado com a construção da estrada Imperatriz-Amarante, cortando o território tradicional dos Krikati, atualmente quase que totalmente invadido por fazendas, cerca de 15 grandes fazendas, e ocupado por lavradores sem terra (6.000 - 7.000 - 15.000), dados muito incertos e contraditórios, de acordo com os diferentes interesses).

Uns poucos anos atrás, devido à estrada, era fácil ver homens e mulheres Krikati pousarem na rodoviária de Imperatriz entregues à bebedeira e à prostituição. Em 1980 a CHESF atravessou a área dos Krikati com a linha de alta tensão. Em vista disso, os Krikati foram "devidamente indenizados" com caminhão, trator e outras máquinas. Foi prometido também gado vacum e cavalos.

Ainda não se tem elementos suficientes para descrever o impacto produzido pela entrada das máquinas e medir o abalo provocado na cultura Krikati. Mas podem-se registrar alguns fatos:

1 - A aldeia, antigamente circular, com pátio no meio, conforme a cultura Krikati, tornou-se um aglomerado de casas sem disposição nem significação nenhuma, onde as máquinas e outras construções têm lugar de destaque, e onde não mais tem pátio. Ou melhor, os Krikati estão deixando, ou são obrigados a deixar, de se reunir no pátio de manhã, de tarde (antes e depois de qualquer atividade tribal) e de noite (para os cantos e a dança) como era costume diário deles até poucos anos atrás.

2 - Agora a CVRD irá construir uma aldeia nova de casas de alvenaria e galpões para abrigar as máquinas. E essas máquinas para que servem? Como trabalhar numa terra completamente invadida? Os Krikati se acham numa situação em que, da noite para o dia, passaram de uma agricultura tecnologicamente primitiva do sistema da coivara a... trator, arado, etc., etc. Da parte deles houve manifestações de grande entusiasmo em relação às máquinas e aos projetos agrícolas.

3 - O capitão da aldeia, Francisco, colocado no cargo por um prefeito de Montes Altos, apoderou-se do caminhão, cujo motorista era o filho dele, e começou a fazer negócios de exclusivo interesse pessoal. Mas a comunidade se revoltou e, por influência das novas lideranças, o destituiu, escolhendo outro capitão, Benjamin, a fim de trabalhar para o bem da comunidade. Talvez este fato seja um sinal de que haverá nos Krikati, depois da fase inicial de alvoroço civilizatório, uma reação à civilização e um retorno à vida e aos costumes dos antepassados, assim como já aconteceu com outras tribos da língua Jê, segundo estudos de Curt Nimuendajú.

4 - Fica, porém, o problema fundamental: o da demarcação da terra. Parece que naquela região existe urânio, de acordo com mapa metalogenético de 1973. Mas será ou não demarcada a terra dos Krikati? Ou a área deles funcionará simplesmente com válvula de escape para diminuir as tensões criadas pelos conflitos de terra naquela região? Assim como demonstra também a intensa atuação do GETAT.

Esses fatos levam a imaginar que o futuro dos Krikati será diferente do dos Guajajara. Os Krikati não entram na classificação dos índios aptos ao trabalho e à civilização", e não são tão "bem" considerados quanto os Guajajara. Devido ainda ao recente corte de verbas destinadas à demarcação das áreas indígenas, é fácil imaginar qual o destino reservado aos Krikati.

SITUAÇÃO NO PARÁ

O "Projeto Ferro Carajás. Apoio às Comunidades Indígenas" materializará ainda mais a destruição física e cultural das nações indígenas do sul do Pará, centro-oeste do Maranhão e norte de Goiás. No Pará, especificamente, os Gaviões já sofrem a invasão desmascarada de suas terras. Inclusive, a linha de transmissão de energia da hidrelétrica de Tucuruí passa por suas terras. No início eles bloquearam durante dois anos tal tentativa, recebendo depois uma indenização de 40 milhões de cruzeiros.

Os Gaviões da reserva Mãe Maria, cerca de 52 mil hectares, frentarão outro grave problema. Eles terão que conviver com a ferrovia Carajás-Itaqui, pois "de duas em duas horas a parte sudoeste da reserva será atravessada por um trem de minério, com aproximadamente dois quilômetros de extensão" (18). O que isto significa? O resultado não é outro senão a perda de seu território tradicional e a integração brusca dos índios Gaviões no sistema de produção capitalista.

Outros grupos indígenas, contudo, já estão sendo diretamente atingidos. A abertura da Transamazônica constitui um dos marcos mais impressionante do genocídio dos Parakanã. Este povo está sendo oficialmente removido do seu território tradicional, sendo que a transferência dos Parakanã foi provocada, entre outras coisas, pela construção da hidrelétrica de Tucuruí. "No mês de julho de 1981, não suportando mais o impacto devido ao acelerado desmatamento efetuado pela CAPEMI na reserva, alguns dentre eles doentes, decidiram se transferir por conta própria. A nova área ainda não foi demarcada" (19).

(18) PINTO, Lúcio Flávio. "Carajás, o Ataque ao Coração da Amazônia". Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982, p. 102

(19) ACONTECEU. "Povos Indígenas no Brasil/1981". CEDI ESPECIAL, Lux Vidal, artigo Projeto Carajás, 1981, p. 43

Tucuruí inundará também parte da reserva dos Assurini. A reserva habitada pelos índios Assurini do Trocará é bastante rica, tanto em madeira como em fertilidade do solo e recursos minerais. Eles não serão diretamente afetados, mas o incremento das atividades na área prejudicará, sem dúvida, esses povos.

Os índios Xikrin, "grupo que vive ainda em condições de relativo isolamento, para quem a caça e a coleta são essenciais à sua integridade" (20), serão diretamente afetados. A partir da construção da estrada Xinguara a São Félix do Xingu, passando no limite sul de sua reserva, os Xikrin do Cateté começaram a receber a "visita" de inúmeros invasores. Sem dúvida, porém, esta invasão se intensificará com a implantação da ferrovia de Carajás.

Possuindo uma reserva de 100 quilômetros ao sul do Marabá, onde vivem 70 índios, os Suruí sofrerão grande impacto com o "Projeto Ferro Carajás". Os Suruí não aceitaram a diminuição de sua reserva quando, certa ocasião, a FUNAI reservou-lhes apenas 60 mil hectares, quando a reivindicação dos índios era de 163 mil, separando a parte da reserva de ricos castanhais para os fazendeiros invasores.

RELACIONAMENTO SOCIAL

Numa cultura indígena tudo está profundamente relacionado entre si. Os recursos do Projeto Carajás para as áreas indígenas provocarão o deslocamento das atividades do projeto, influenciando radicalmente na organização social e no relacionamento entre os membros de uma mesma tribo. Pois toda organização social de um povo indígena roda em torno do problema da sobrevivência do grupo.

Para se ter uma idéia, a sobrevivência determina a organização econômica da tribo que segue o ciclo da natureza e determina a organização social do grupo. A segurança do indivíduo se apoia na coesão do grupo. Ninguém num grupo indígena tem a possibilidade de viver isolado, de viver uma forma de vida individualista. As tarefas são divididas e especificadas dependendo da faixa etária, do sexo, da posição social (solteiro, casado, viúvo,). Dependendo do parentesco e da posição dentro do grupo derivam um série de normas sociais, normas morais, obrigações e direitos que situam um indivíduo como parte integrante do grupo, lhe asseguram a sobrevivência e garantem a perpetuação do grupo.

Desta maneira de viver e de se organizar derivam uma série de valores característicos do mundo indígena. A coletividade está acima de tudo, não esmaga o indivíduo, tendo cada um o seu lugar dentro da comuni

dade. A mudança da economia, os jovens engajados e assalariados pelos projetos, o tipo de trabalho e o ritmo do mesmo destruirão a harmonia das diversas sociedades indígenas, modificando completamente o relacionamento social e afetando profundamente todos os aspectos da vida das aldeias.

A implementação do "Projeto Ferro Carajás", nas aldeias, cerca de 42, visa a mudança desses valores. As manifestações sociais e religiosas das tribos sofrerão um impacto forte. As festas que estão sempre relacionadas ao ciclo econômico: abundância da caça, colheita e, por sua vez, a entrada oficial dos recém-nascidos dentro da tribo, com a execução dos projetos, não mais servirão para explicar e interpretar a realidade, ameaçando enfim toda uma maneira de se relacionar com a natureza, os outros e o sagrado.

Em outras palavras, o "Projeto Ferro Carajás. Apoio às Comunidades Indígenas", da CVRD em colaboração com a FUNAI, viola "o estabelecido na Constituição Federal (artigo 198) na lei (artigo 20 do Estatuto do Índio) e em Convenção Internacional, que garantem aos povos indígenas, o direito à posse permanente da terra e ao usufruto exclusivo das riquezas nela existentes" (21).

(21) ACONTECEU. "Povos Indígenas no Brasil/1981". CEDI ESPECIAL, Lux Vidal, artigo Projeto Carajás, 1981, p. 43

CAPÍTULO III:

"A PROPOSTA DO CIMI: IGUALITÁRIA, AUTÔNOMA E PLURALISTA"

A PROPOSTA DO CIMI: IGUALITÁRIA, AUTÔNOMA E PLURALISTA

Para que haja um verdadeiro desenvolvimento, a partir das oportunidades oferecidas na Amazônia, parece-nos claro que há necessidade de repensar completamente o esquema em que o atual Programa Grande Carajás' foi elaborado. Um programa autoritário, onde as decisões são tomadas longe dos olhos da sociedade como um todo, não pode aproveitar da criatividade e força presentes no conjunto dessa sociedade. Por definição, tal modo de atuar limita os padrões decisórios às experiências e aos interesses dos que se reúnem ao redor da mesa de planejamento. Já que este grupo de planejadores não surgiu a partir de um processo democrático, e não responde por suas ações em nenhum tribunal, é inevitável que suas decisões se tornem favoráveis a certos grupos à custa de outros.

Ainda mais, é óbvio que o grupo social que possui o menor poder de reivindicação, por se encontrar fora dos mecanismos de pressão do mercado, é o conjunto dos povos indígenas. É necessário substituir a forma autoritária de planejamento que atualmente tem sido empregado, por um estilo participativo, no verdadeiro sentido. Ou seja, um estilo marcado pela profunda igualdade de todas as forças vivas das nações existentes no território brasileiro.

A presente preocupação com o fluxo de divisas para o Brasil, no esforço de acompanhar as exigências dos banqueiros internacionais, deve ser abandonada em relação ao Projeto Carajás. Na medida em que o planejamento se preocupa com o balanço de pagamento, e não com o bem da nação, ele corre o risco de cavar um poço de dependência cada vez mais profundo, em que os interesses até da própria burguesia nacional sejam feridos. O desenvolvimento da Amazônia deve ser desvinculado do projeto de pagamento da dívida externa. As empresas transnacionais devem ser afastadas como agentes principais do "progresso" almejado. O desenvolvimento brasileiro no seu novo surto amazônico deve ser marcado profundamente pela autonomia nacional, e, na medida do possível, regional.

Finalmente, percebe-se no Projeto Carajás a continuação e aprofundamento de um modelo de desenvolvimento que já mostrou sua debilidade para o resto do país. Um modelo baseado na falácia do "progresso", evidenciando um quadro social que surge em seu rastro: a expulsão de lavradores rurais, o desaparecimento de alimentos básicos da mesa da população, o desemprego urbano, a violência e o genocídio e etnocídio organizados contra as populações indígenas.

Questiona-se, particularmente, a pressuposição embutida neste projeto, de que o capitalismo selvagem e oligárquico, sustentado na tecnologia intensiva, seja o único modelo econômico desejável para a sociedade brasileira. Questiona-se profundamente esta crença, que tem ali-

mentada a agressividade do capitalismo selvagem no meio brasileiro. Ao contrário. Acredita-se que a saída mais correta para a utilização dos recursos e inteligência do povo brasileiro só pode ser encontrada na inversão da atual tendência. Ou melhor, na valorização da diversidade de respostas ao problema básico da sobrevivência. É no pluralismo que a sociedade brasileira deve buscar o conhecimento para o desenvolvimento da "boa vida", que, afinal, deve ser o objetivo básico de todo e qualquer desenvolvimento.

Diante destas reflexões, colocamos aqui seis recomendações básicas face ao Programa Grande Carajás:

1 - Uma Moratória Imediata nos Projetos que Constituem este Grande Carajás.

Reconhece-se que esta proposta seja muito audaciosa, e que exigiria habilidade política para se levar a cabo. No entanto, acredita-se que seja essencial para o encaminhamento de uma reflexão descomprometida, participada, igualitária sobre os rumos adequados do desenvolvimento amazonense. Parar a construção das siderúrgicas, das ferrovias, da usina Tucuruí, podem parecer como impensáveis, devido aos investimentos já gastos nestas obras. Mas, uma pergunta: é melhor perder duas latas de leite hoje, ou a vaca daqui a cinco anos? Para o povo brasileiro, no seu conjunto, para os amazonenses, e especialmente para as populações indígenas, a resposta deve ser clara.

2 - A Garantia da Integridade Física das Reservas Indígenas.

Para as populações indígenas a questão da terra é fundamental para sua sobrevivência como povos. Por isso, torna-se premente a demarcação definitiva das suas terras. Neste aspecto, reconhece-se também a urgente solução do problema camponês, com uma reforma agrária que realmente satisfaça suas necessidades.

3 - Fornecer Instrumentos Necessários para os Povos Indígenas se Tornarem Agentes da sua História Frente ao Sistema Capitalista.

Não pretende-se imaginar um sistema indígena completamente desarticulado da sociedade envolvente. A expansão da população e do capital impõem um contato cada vez mais intenso. Mas o índio não deve ser atingido como vítima passiva das mudanças propostas e executadas de fora. Ele tem suas propostas, suas alternativas a oferecer, se tiver o respaldo necessário. Para que ele possa elaborar, comunicar e reivindicar suas propostas, é necessário que as desigualdades no processo de articulação sejam eliminadas. Não se pode imaginar isso fora de uma educação bilingue, da valorização cultural e do conhecimento profundo e crítico dos mecanismos atuantes nessa sociedade envolvente.

4 - Promover Discussão, a Nível Nacional e nas Bases, sobre a Opção por uma Sociedade Pluralista.

O Projeto Carajás é o exemplo mais claro hoje de uma política que pressupõe o modelo capitalista como o único caminho para a resolução dos problemas da vida e da conquista da felicidade. A caminhada histórica dos povos indígenas mostra claramente que existem outros caminhos. A opção por uma sociedade pluralista favorece e garante o intercâmbio entre culturas diferentes e iguais que, juntas, descobririam caminhos alternativos que trariam novos níveis de dignidade e felicidade para todos. Esta opção é vital para a sobrevivência dos povos indígenas.

5 - Promover Articulações entre Setores da Sociedade Brasileira Atualmente Marginalizados do Poder.

Se certos setores se apresentam como desinformados, desestruturados, isolados, medidas práticas devem ser tomadas para inverter esta tendência. Neste sentido, em vez de dificultar articulações, em prol de uma paz artificial, deve-se facilitar e promover os contatos entre lavradores, trabalhadores urbanos, índios. Contatos livres, fecundos, de onde possam surgir elementos de um novo contrato social.

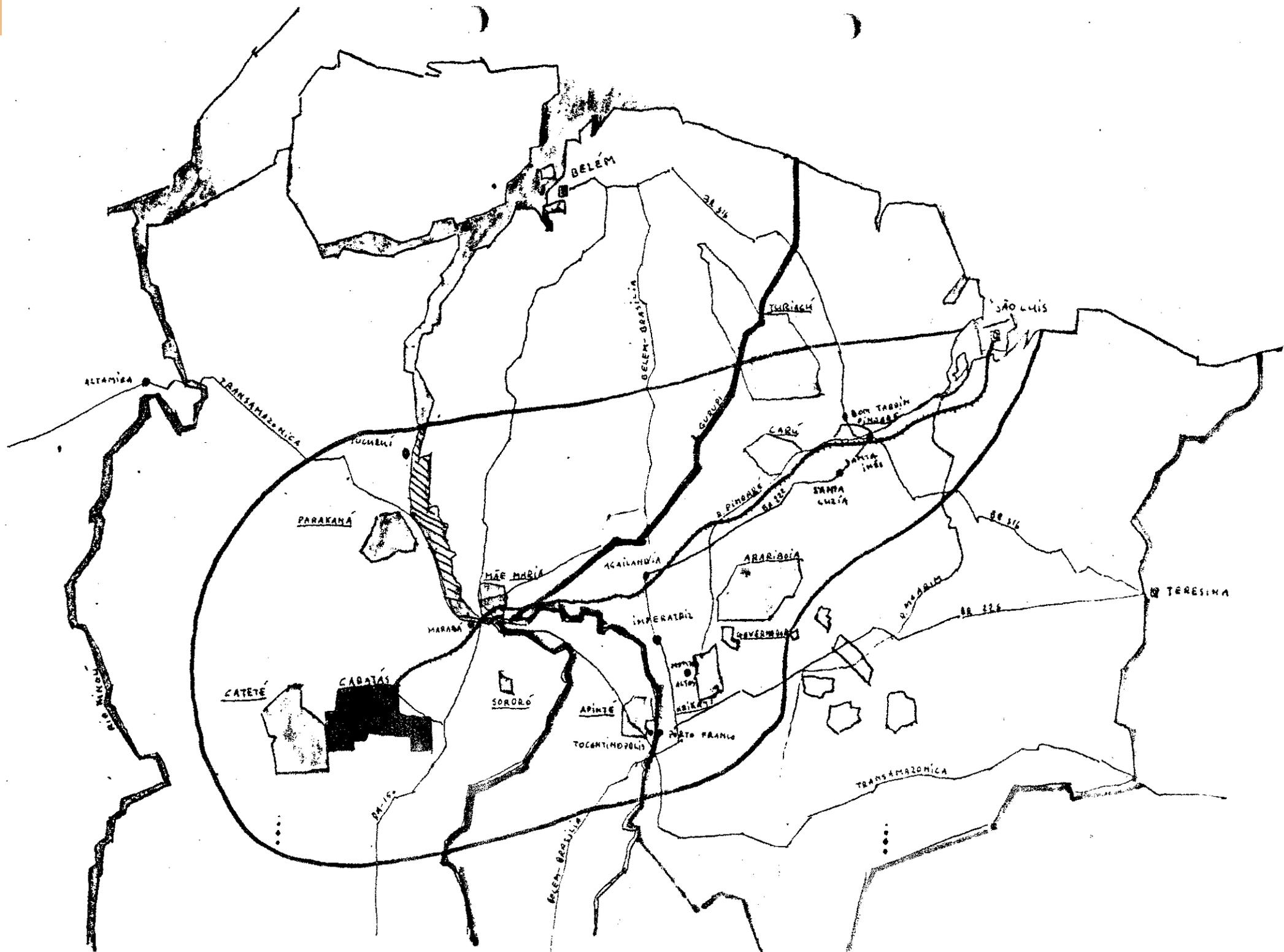
6 - Uma Retomada do Desenvolvimento Brasileiro em Novos Moldes.

Propõe-se, por fim, que depois de um período de debate e fortalecimento das articulações populares, se desenvolva um novo estilo de desenvolvimento a ser experimentado na região amazonense. Um desenvolvimento igualitário, autônomo e pluralista. A partir de uma experiência profunda e real, ter-se-ã condições de olhar a nova geração na cara, afirmando que teve-se a coragem de tomar a história na mão e construir o mundo de amanhã.

BIBLIOGRAFIA

1. PINTO, Lúcio Flávio. "Carajás, o Ataque ao Coração da Amazônia". Ed. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982, 140 p.
2. IBASE. "Programa Grande Carajás: a Internacionalização da Amazônia". Cadernos do CEAS, Salvador, nº 82, 1982.
3. CIÊNCIA HOJE. "Carajás: O Grande Desafio". SBPC, Rio de Janeiro, nº 03, 1982, p. 31-53.
4. PORANTIM. "Projeto Carajás: Nove Povos Indígenas na Rota do Extermínio", Brasília, 1982, p. 08-10.
5. ACONTECEU. "Povos Indígenas no Brasil/1981". CEDI ESPECIAL, Rio de Janeiro, 1981, p. 43.
6. Síntese das Diretrizes e Programação para 1979-1982, São Luís, 1979.
7. SANTOS, Breno A. dos. "Geologia e Potencial Mineral da Região dos Carajás", Rio de Janeiro, 1980.
8. Simpósio Alternativas para Carajás. Comissão de Minas e Energia, Brasília, Agosto 1981.
9. "Projeto Ferro Carajás. Apoio às Comunidades Indígenas". CVRD, janeiro 1982.
10. A Problemática Indígena no MA, especialmente nas Áreas de Influência Imediata da Ferrovia Carajás: Reserva Turiaçu, Reserva Carú e Reserva Pindará. Mércio P. Gomes, set. 1982.
11. Mapa Metalogenético do Brasil, 1973.

ANEXOS



35

ÁREAS INDÍGENAS EM ZONA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO FERRO-CARAJÁS

Reserva (e posto Funai)	Grupo Indígena	População (estimada)	Área (ha)	Município
Alto Turiçu e Carindé	Urubu-Kaapor e Tembé (Tupi)	495	530.520	Carutaperas, Monção, Cândido Mendes e Turiçu (MA)
	Kräjë (Timbira)	130		
Guaja	Guajá (Tupi)	5		
Caru Awa (subsede)	Guajajara (Tupi)	30 (?)	170.000	Bon Jardim (MA)
	Guajá	102		
	Guajajara	60	15.000	Bon Jardim (MA)
Pindaré	"Timbira"	300		
	Outros	7		
(lora de reserva)	Guajá	60	?	Bon Jardim (MA)
	Guajá	155 (?)		
Araribóia	Guajajara	560	413.590	Amarante (MA)
Angico Torto	Guajajara	1.125		
Canudal	Guajajara	430		
Krikati	Krikati (Timbira)	305	136.000	Montes Altos (MA)
Governador	Gaviões (Timbira)	280	41.640	Carutapera e Monção (MA)
Bacurizinha	Guajajara	965	82.430	Grajaú (MA)
Canabrava	Guajajara	1.100	131.870	Barra do Corda (MA)
		1.405		
Canela	Ramkekamekra (Timbira)	690	125.210	Barra do Corda (MA)
Parquinhas	Apaniekra (Timbira)	270	79.420 (?)	Barra do Corda (MA)
Urucu-Jurua*	Guajajara	190	46.000	Grajaú (MA)
Gerardo*	Pykejë (Timbira)	21	?	Grajaú (MA)
Morro Branco*	Guajajara	80	48	Grajaú (MA)
Rodeador*	Guajajara e Canela	area de caça	2.342	Barra do Corda (MA)
Apinaé	Apinaé (Timbira)	400	101.000 (?)	Tacantinópolis (GO)
Sororó	Suruí (Tupi)	100	26.200	São João da Araguaia (PA)
Traçua	Asurini (Tupi)	120	21.700	Tucuruí (PA)
Parakaná	Parakaná (Tupi)	40	309.000	Tucuruí (PA)
Pucuruí (3 * acampamento)	Parakaná	40 (?)	(?)	
Mãe Maria	Gaviões	170	64.000	Marabá (PA)
Cipete	Xabá (Tupi)	240	439.150	Marabá (PA)
TOTAL		9.995		

* Sem posto da Funai.

Fontes: Funai (1982)
Associação Brasileira de Antropologia (ABA) Comissão Pró-Índia de São Paulo

PROJETO CARAJÁS - P.1. SURUKO - Índios SURUI

Recebido em 23/06/82

P.1. SURUKO

48 milhões 325.000 cruzeiros

Sub-prog no proj.

Distribuição	Total	82	83	84	85	86
SANDE + SANEAMENTO	11.650	7.850	950	950	950	950
1- Enf. Res. c/ 10 leitos	2.500					
2- Equipamentos	500					
3- Água (poço, reserva, chat.)	3.000					
4- 20 privadas	900					
5- Medicamentos fora CEME	1.000	200	200	200	200	200
6- Atendente p/ 4 anos	3.750	750	750	750	750	750
TRANSPORTE + COMUNICAÇÃO	7.300	2.800	4.500			
1- 01 Pick.up clev.D-10 tração	4.500		4.500			
2- 01 rádio SS3 a bateria	500	500				
3- 01 equip. energia solar	800	800				
4- Campo de pouso 1.000 x 40m	1.500	1.500				
ADMINISTRAÇÃO	21.995	3.639	7.439	3.639	3.639	3.639
1- Casa sede do posto	3.000		3.000			
2- Equipar sede do posto	800		800			
3- 01 motorista (4 anos)	4.485	897	897	897	897	897
4- 01 artifice	4.485	897	897	897	897	897
5- 03 trabalhador braçal	6.225	1.245	1.245	1.245	1.245	1.245
6- Manutenção posto	3.000	600	600	600	600	600
HABITAÇÃO	5.400	2.000	3.400			
Auxilio p/ const. 20 casas	5.400	2.000	3.400			
EDUCAÇÃO	3.800		3.800			
- 01 escola residencial						
01 sala	3.000		3.000			
- Equipar	800		800			
AGRO-PECUÁRIA e EXTRAIVISMO	34.180	21.190	9.390	1.020	1.180	1.400
1- 01 trator MF-296 hid.	5.700	3.700				
2- 01 carreta p/ 04 ton	380	380				
3- Grade aradora c/ pneu de						
20 d. roçadeira	800	800				
4- semeadeira - adubadeira	560	560				
5- Lâmina frontal	600	600				
6- Perfurador de solo	320	320				
7- 01 grade niveladora de 48 d.	700	700				
8- 01 suicador	160	160				
9- Garagem p/ maquina e emp.	2.000	2.000				
10- Sementes arroz, feijao, milho						
40 ha (selecionados)	1.400	200	300	300	300	300
11- Armazem-deposito	1.200	1.200				
12- Casa de farinha	500	500				
13- Equipar casa de farinha	400	400				
14- 02 carroça c/ tração, animal						
/ arreios	600		500			

	Total	82	83	84	85	86
14- Formação pomar	2.000	200	300	400	500	600
15- 01 curral c/ 300m ² etc.	600	600				
16- 30 vacas leiteiras	1.800		1.800			
17- 01 reprodutor	200		200			
18- 02 animais montaria, arreios	160		160			
19- 02 animais arreios tração p/ carroça	140		140			
20- 50 ha. capim colônia	1.500		1.500			
21- 01 capineira c/ 03 ha de cana c/ 03 capim elefante	500		500			
22- 01 desintegrador	200		200			
23- Ferramentas agrícolas	1.000		1.000			
24- Aviamento p/ extração de castanha	3.000	1.200	1.800			
25- Ferramentas	2.000	800	1.200			
26- Capital inicial para cantina reembolsável	2.500	1.000	1.500			
27- Incentivo a criação de peq. animais (porco, galinha)	500	500				
28- Sal comum p/ gado	250	70	30	40	60	100
29- Sal mineral	500	40	60	80	120	200
30- Medicamentos veterinários	1.800	200	200	200	200	200
31- 03 cochos cobertos nos pastos	90	90				
32- Maq. beneficiar arroz	300	300				
33- Motor adiesel 12hp	400	400				
T O T A L	84.325	37.479	29.479	5.609	5.769	5.985